



Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba de 2015

Ao décimo quarto dia do mês de maio de 2015, aconteceu, no auditório da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA, com início às 14h10, a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba - CGS, que teve como pauta: 1) Estrada da Sabiaguaba. Após a abertura da reunião pela Coordenadora da Coordenadoria de Políticas Ambientais (CPA) - Edilene Oliveira, a mesma apresentou a equipe da SEUMA que estava presente, Thaís Holanda, Leilane Barros, Amanda Ferreira, João Saraiva, Marcos Paulo e Wilson Medeiros. Em seguida, foi passada a oportunidade para os presentes se apresentarem. Logo após, o Senhor Sergio Azevedo do Departamento de Estradas e Rodagens - DER falou dos trâmites legais (etapas) que foram seguidas para a construção da estrada da Sabiaguaba: Estudo de Viabilidade Ambiental, EIA-RIMA, Audiência Públicas, entre outras. O mesmo salientou que desde o começo do projeto a pavimentação era asfalto e que, em todos os passos seguintes foram realizadas reuniões com os moradores da Sabiaguaba, sempre buscando um consenso junto com a população e os órgãos envolvidos para que o projeto tivesse começo, meio e fim. Em seguida, foi passado a palavra ao Geólogo do DER (Marcelo). Este explanou e mostrou todas as etapas do empreendimento. Falou que era um desafio a implementação da Rodovia, haja vista, todas as condicionantes que foram solicitadas para que a estrada fosse construída. Falou que o pavimento era do tipo flexível, para que pudesse suporta as demandas de tráfego, proporcionando uma boa condição e durabilidade de dez (10) anos. O revestimento foi calculado para uma demanda de vinte e sete milhões (27.000.000) de veículos em dez anos. Foi mostrado o traçado da estrada junto com as Áreas de Preservação. Foi dito que o estudo preservou as áreas de residências para que não houvesse desapropriações. Na apresentação, também foi mostrado o plano de manejo, onde havia diversas áreas antropizadas e totalmente degradadas. Foi mostrado que a drenagem para o escoamento da água proveniente da precipitação seria através dos bueiros que foram implantados, retornando aos mananciais. Finalizada a apresentação, a palavra retorna para mesa para os questionamentos e esclarecimentos. A próxima fala é do vereador João Alfredo: Foi lido um parecer técnico emitido por consultor técnico da SEUMA, identificando que a obra adentra nos limites das dunas, área do parque que está sofrendo impactos ambientais de grandes magnitudes. Outro parecer técnico do Professor Jeovah Meireles da UFC, que faz menção ao plano de manejo e a vários impactos, entre eles: o trecho da Rodovia está impactando diretamente nas dunas móveis; a impermeabilização do terreno; o soterramento das nascentes; assoreamento de uma lagoa no local; desmonte de dunas fixas; constatando que a rodovia fere os procedimentos legais do plano de manejo. A via é do tipo rápida que pode provocar acidentes à comunidade e à fauna local. A via será de interligação de cargas perigosas que vêm do porto do Mucuripe para as outras regiões. O Sr. João Alfredo alega que a construção da estrada fere a Lei 9985/2000 (SNUC) e a Lei complementar 62/2009 (PDPFOR) e o próprio plano de manejo das unidades de conservação da Sabiaguaba. O Sr. Alan Sérgio, conselheiro da Habitar, sugeriu que o DER falasse a respeito do EIA-RIMA da estrada da Sabiaguaba, solicitando informações em relação à magnitude dos impactos, explicações sobre o EIA-RIMA e as medidas mitigadoras do projeto. Pediu ainda a identificação das condicionantes que foram aprovadas pela SEMACE, na licença ambiental. O Sr. Alan Sergio ainda solicitou ao DER informações sobre o deslocamento de famílias na área. Em relação ao projeto original o Sr. Alan perguntou aos representantes do DER se foram feitas as alterações que o CGS solicitou. O Sr. Rozimar pediu que fosse seguida a recomendação/ condicionante do CGS, de que o piso não fosse asfáltico. Prosseguiu dizendo que é a favor de levar para Sabiaguaba os benefícios do desenvolvimento, mas de forma sustentável. Sobre o projeto, o CGS aprovou de forma unânime, em 2013, o questionamento é a pavimentação que era calçamento e não asfalto e que a estrada passa entre a duna e o manguezal, esse também era um problema. Segundo Sérgio do DER, dos 20 conselheiros do CGS, 16 estavam presentes na deliberação da anuência da rodovia, e quinze votaram a favor, sendo apenas um voto contra. Thaís ressaltou que o traçado foi aprovado na anuência desde que não fosse com pavimentação asfáltica. O técnico do DER entra na discussão para

4

Folha: 1 de 4





47 salientar que o pavimento do projeto original era asfalto e que foi sugerido nas reuniões um outro pavimento
48 permeável. O projeto adentrou no parque e não tinha como não atingir a duna. Ressaltou ainda que não
49 haveria desapropriações e que no projeto foram tomados os cuidados necessários para não remover as
50 famílias. Com relação ao EIA-RIMA, o técnico do DER disse que os relatórios de EVA, EIA-RIMA e outros estão a
51 disposição de todos, pois são documentos públicos e o DER pode disponibilizar ao CGS. O Sr. João Saraiva
52 explica que o projeto inicial era muito mais prejudicial, passando por cima das dunas. Por conta disso, a obra
53 permaneceu vários anos parada, aproximadamente 15 anos. Disse que a estrada trará benefícios para os
54 moradores, como exemplo: a valorização dos seus imóveis, tendo a comunidade percebido as melhorias
55 possíveis e, por isso, a aprovaram. O Sr. João Saraiva disse que o transporte na Rodovia será na sua grande
56 maioria de grãos e que a tendência de cargas perigosas é pequena. Evidente que devem ser tomadas medidas
57 como a implantação de redutor de velocidades na Rodovia. Disse ainda que a Resolução CONAMA 369/2009,
58 no Art. 2º diz que somente o órgão ambiental competente poderá autorizar intervenção ou supressão em APP,
59 sendo o Parque da Sabiaguaba uma APP. O Sr. João Alfredo diz que uma Resolução não vale mais que uma Lei,
60 apesar de ter seu valor. Com relação ao redutor de velocidade, entendeu que não vai resolver a questão e
61 questiona porque não foi colocado asfalto na Avenida Sebastião de Abreu? O próprio Sr. João Alfredo
62 respondeu porque a implantação da via estava diretamente relacionada com o lençol freático. Ele disse ainda
63 que a exportação da mina de Itataia (urânio), vai passar pela estrada da Sabiaguaba com destino ao Porto do
64 Mucuripe. Ele salienta que o asfalto aumenta a velocidade para via. O Sr. Marcos Paulo, Assessor Jurídico da
65 SEUMA fez alguns esclarecimentos: 1) existe uma Lei que estipula um valor para a compensação ambiental,
66 para toda infração cometida ambientalmente. O valor estipulado a deverá ser aplicado na própria área onde
67 ocorreu a infração, ou seja, na própria comunidade ou na recuperação das áreas degradadas. 2) O transporte
68 de cargas "perigosas", também existe uma lei que estabelece as normas para o seu deslocamento, e que não é
69 conveniente discutir este assunto aqui, pois o foco aqui é se o piso é permeável ou não da estrada. O Sr.
70 Rozimar confirma que a remoção de famílias só ocorreu em duas casas e que as pessoas não eram da
71 comunidade da Sabiaguaba. O Sr. Sérgio do DER volta a esclarecer dúvidas sobre o projeto, relatando que o
72 transporte de urânio citado é mais viável pelo Porto do Pecém, haja vista, a estrutura favorável. Quanto à
73 Avenida Sebastião de Abreu, ele diz que esta obra foi realizada pelo próprio DER, obedecendo todas as
74 condicionantes e que o piso daquela via era permeável. Ressaltou ainda, que o valor da estrutura da obra
75 (estrada da Sabiaguaba) foi de 49 milhões de reais. O Sr. Sérgio ainda explicou a respeito da estrada na cidade
76 de Natal no Rio Grande do Norte, a qual margeia um parque de Dunas móveis e que o parque convive
77 perfeitamente com a rodovia com pavimentação asfáltica. Por fim, o DER se comprometeu em colocar
78 pavimento permeável na área que compreende as Dunas, cerca de 700 m, assim como uma cerca verde. Será
79 também implantado redutor de velocidade, por meio de foto sensor. Outra reivindicação era a implementação
80 de bueiros secos para a travessia de animais, no que se comprometeu a levar os conselheiros a uma visita de
81 campo para estabelecer as intervenções. Ainda foi colocado pelo DER, a disposição um veículo para que
82 membros do Conselho possam se visitar a obra na cidade de Natal, no intuito de conhecer a rodovia
83 implementada naquela cidade. Ficou o DER à disposição para todos os esclarecimentos necessários para a
84 sociedade, comunidade e órgãos públicos, encaminhar cópias do EIA-RIMA aos Conselheiros e realizar a visita
85 com o CGS na estrada. Thaís Holanda faz as considerações finais e identifica os encaminhamentos de nova
86 reunião extraordinária em junho para avaliar o EIA-RIMA e medidas mitigadoras, verificar com o Estado a
87 compensatória ambiental da rodovia e a visita técnica sobre as passagens de fauna. Estiveram presentes
88 representantes de dez instituições, sendo estas:

Instituição		Conselheiro(a)/Representante
1	SEUMA	Marcos Paulo de Oliveira Sá
2	SECRETARIA REGIONAL - SER VI	Renato Lima
3	CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA	João Alfredo Telles Melo
4	CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA	Joaquim Rocha



5	PGM	Denise Sobreira
6	ANDA	Rozimar Maurício de Souza (titular)
7	ACOMPA	Francisco P. Teixeira (S. Picolé)
8	IAB	Rodrigo Ponce de Leon

89 A reunião contou ainda com alguns participantes:

Instituição	Visitante	Instituição	Visitante
DER/CE	Nicole Felissimo	SEUMA/PMF	Amanda Albuquerque
DER/CE	Wilson Machado	SEUMA/PMF	Edilene Oliveira
DER/CE	Marcelo Luiz dos Santos	SEUMA/PMF	Thaís Holanda
DER/CE	José Valmir	SEUMA/PMF	Leilane Barros
DER/CE	Rogério Terralivre	SEUMA/PMF	Amanda Ferreira
DER/CE	José Sergio	SEUMA/PMF	Marcela Parente
DER/CE	Roberto Xavier	SEUMA/PMF	João Saraiva
HABITAFOR	Alan Sergio	SEUMA/PMF	Francisco Wilson
SEMA	Marcelino Alves		

90 As demais instituições do CGS, que se ausentaram, não apresentaram justificativa.

91 Fortaleza, 29 de Maio de 2015.





Errata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba de 2015

Certificamos presença do conselheiro da UECE, Eliseu Marlônio Pereira de Lucena na 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor das Unidades de conservação da sabiaguaba de 2015.


Instituição	Conselheiro(a)/Representante
1 SEUMA	Marcos Paulo de Oliveira Sá
2 SECRETARIA REGIONAL - SER VI	Renato Lima
3 CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA	João Alfredo Telles Melo
4 CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA	Joaquim Rocha
5 PGM	Denise Sobreira
6 ANDA	Rozimar Maurício de Souza (titular)
7 ACOMPA	Francisco P. Teixeira (S. Picolé)
8 IAB	Rodrigo Ponce de Leon

A reunião contou ainda com alguns participantes:

Instituição	Visitante	Instituição	Visitante
DER/CE	Nicole Felissimo	SEUMA/PMF	Amanda Albuquerque
DER/CE	Wilson Machado	SEUMA/PMF	Edilene Oliveira
DER/CE	Marcelo Luiz dos Santos	SEUMA/PMF	Thaís Holanda
DER/CE	José Valmir	SEUMA/PMF	Leilane Barros
DER/CE	Rogério Terralivre	SEUMA/PMF	Amanda Ferreira
DER/CE	José Sergio	SEUMA/PMF	Marcela Parente
DER/CE	Roberto Xavier	SEUMA/PMF	João Saraiva
HABITAFOR	Alan Sergio	SEUMA/PMF	Francisco Wilson
SEMA	Marcelino Alves		

As demais instituições do CGS, que se ausentaram, não apresentaram justificativa.

Fortaleza, 29 de Maio de 2015.


Francisco Wilson Medeiros
Secretario do CGS

